

Subvertendo a gramática

[*Subverting the grammar*]

BÁRBARA AMARAL DA SILVA

Mestranda em Estudos Linguísticos na Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil.

[babisamaral@yahoo.com.br]

RESUMO

A partir das noções de paródia, credibilidade e legitimidade, vindas principalmente dos estudos em Análise do Discurso e de ideias da Sociolinguística, pretendemos desenvolver uma breve comparação entre a *Grammatica Expositiva – Curso Superior* (46ª ed.:1926), de Eduardo Carlos Pereira, que a princípio se coloca como uma gramática apenas descritiva, e a *Grammatica Portugueza pelo Methodo Confuso*, escrita por Mendes Fradique (4ª ed.: 1985). Observamos que a primeira afirma ser expositiva quando é claramente prescritiva. A obra de Mendes Fradique, por sua vez, parodia as gramáticas prescritivas, criticando esse bom uso. Para isso, utiliza-se do humor e da ironia. Com o objetivo de comprovar o que foi dito acima, selecionamos alguns conceitos apresentados pelas obras em questão, verificando o posicionamento que cada uma assume. Entre eles estão os próprios conceitos de gramática e de língua.

Palavras-chave

Gramática; Subversão; Paródia; Crítica.

ABSTRACT

From the notion of parody, credibility and legitimacy, coming mainly from studies in discourse analysis, and ideas from the sociolinguistic we intend to develop a brief comparison between the Expositive Grammar – Advanced Course (46st ed.:1926) of Eduardo Carlos Pereira, who initially presents itself as a merely descriptive grammar, and the Portuguese Grammar by the Confused Method, written by Mendes Fradique (4st ed.: 1985). We observed that the first one claims to be “expositive” when it is clearly prescriptive. The work of Mendes Fradique uses humor and irony to parody prescriptive grammars, criticizing the “good use”. In order to prove the above statement, we selected some of the concepts presented by those works, checking the position taken by each one. Among them is the very concept of grammar, language etc.

Key-words

Grammar; Subversion; Parody; Criticism.

Introdução

Uma das questões mais discutidas quando o assunto é o estudo de gramática é a diferença entre uma gramática prescritiva e uma expositiva. No primeiro caso, vale a regra que dispõe sobre o certo e o errado, tomando por base a norma culta da língua. No segundo caso, o que está em pauta é o que as pessoas, de fato, falam. Esse segundo posicionamento é mais recente, resultando do surgimento da Linguística. Para entendermos melhor os conceitos de gramática prescritiva e gramática expositiva, seguem algumas definições apresentadas por Travaglia. Segundo o autor, a gramática prescritiva é

aquela que estuda apenas os fatos da língua padrão, da norma culta de uma língua, norma essa que se tornou oficial. Baseia-se, em geral, mais nos fatos da língua escrita e dá pouca importância à variedade oral da norma culta, que é vista, conscientemente ou não, como idêntica à escrita. (TRAVAGLIA, 2001, p. 30).

A partir dessa definição, vemos que há um estabelecimento de normas que devem ser seguidas, ou seja, essas normas significariam, também, o correto, o culto. Ainda segundo a definição, esse tipo de gramática, ao privilegiar a norma culta, deixa de valorizar as variações linguísticas. Percebe-se então que há um julgamento entre o que seria certo e o que seria errado.

Em contrapartida, existe a chamada gramática expositiva ou descritiva, que, como mostra Travaglia (2001), pode ser definida como:

a que descreve e registra para uma determinada variedade da língua em um dado momento de sua existência (portanto uma abordagem sincrônica) as unidades e categorias linguísticas existentes, os tipos de construção possíveis e a função desses elementos, o modo e as condições de uso dos mesmos. (TRAVAGLIA, 2001, p. 32).

Dessa forma, é possível perceber que esse tipo de gramática tem como objetivo descrever a língua sem fazer julgamentos do que é certo ou errado, uma vez que o certo e o errado variam de acordo com a situação de comunicação levada em conta, ou seja, não é uma regra geral. Apesar de as gramáticas prescritivas apresentarem partes descritivas relevantes, ainda é possível perceber que, na maior parte do tempo, elas ditam o que seria falar e escrever “corretamente”. Tudo isso poderá ser verificado e devidamente comprovado na proposta e na análise que se segue.

Neste trabalho, pretendemos desenvolver uma breve comparação entre a *Grammatica Expositiva – Curso Superior*, de Eduardo Carlos Pereira

(46ª. ed. 1926)¹, que a princípio se coloca como uma gramática apenas descritiva, e a *Grammatica Portuguesa pelo Methodo Confuso* (4ª. ed. 1985), desenvolvida por Mendes Fradique². Veremos que a primeira afirma ser expositiva quando é claramente prescritiva, exigindo o uso das regras do bem falar/escrever. Isso será percebido pela análise dos prólogos da 1ª, da 2ª e da 8ª edição. A análise da segunda gramática mostra que ela parodia as gramáticas prescritivas, criticando esse “bom uso”; para tanto, utiliza-se do humor e da ironia. Além disso, discutiremos sobre o momento histórico em que essas gramáticas foram produzidas e as condições que permitiram o surgimento de uma paródia da gramática.

Com o objetivo de comprovar o que foi dito acima, selecionamos algumas noções apresentadas pelas obras em questão, a fim de verificarmos o posicionamento que cada uma assume. Entre essas noções, estão o conceito de língua e ainda as noções de substantivo e adjetivo (classes de palavras) e de sujeito e complemento (funções sintáticas).

A presente pesquisa situa-se no âmbito dos estudos linguísticos, buscando contribuições da sociolinguística, a partir da noção de variação, como apresentada nos Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa, e da Análise do Discurso de linha francesa, a partir das noções de paródia (apresentada por Maingueneau), credibilidade e legitimidade (apresentadas por Charaudeau), como se verá na análise do *corpus*. Além disso, são feitas algumas rápidas incursões por autores, como Magda Soares, que abordam questões históricas do surgimento da escola, da disciplina Português e do livro didático (LD), categoria em que se encontrava a *Grammatica*, de Eduardo Carlos Pereira, à época da publicação de sua primeira edição (1907) e mesmo muito tempo depois, ou seja, até o advento dos LDs modernos em meados do século XX, quando, então, passou a ser tomada como obra de referência.

1 A *Grammatica*, de Eduardo Carlos Pereira, foi uma das obras de maior longevidade no cenário escolar brasileiro, apresentando, no total, 114 edições (de 1907, data da 1ª edição, até os anos 1950). Para o presente estudo, tomaremos a 46ª edição (1926), contemporânea, portanto, da 1ª edição da *Grammatica* de Mendes Fradique (1928). Lembramos que Pereira publicou duas *Grammaticas expositivas* – uma para o curso elementar e outra para o curso superior – sendo apenas essa última nosso objeto de estudo.

2 Pseudônimo de José Madeira de Freitas (1893-1944) era desenhista, caricaturista, médico, escritor e pintor. Trata-se de um dos primeiros humoristas capixabas (quicá brasileiros) a se preocupar com a sátira da própria cultura. Atuou na imprensa carioca na Revista Rio Ilustrado e na Revista Dom Quixote, apresentando caricaturas de vultos locais, nacionais e internacionais. O escritor publicou, em 1927, o livro *História do Brasil pelo método confuso*, que, assim como a obra abordada neste trabalho, é uma paródia de um livro didático, em que Fradique conta de forma sarcástica e caótica a história nacional, fazendo referências a episódios históricos e políticos daquele tempo. Outras obras do autor são *A lógica do absurdo* (1926), *Ideias em zig-zag* (1927) e *O bom senso da loucura* (1928).

1 Um pouco de história: o surgimento da escola, do Português como disciplina e do livro didático

Começaremos com uma noção geral do surgimento das escolas e principalmente do ensino da disciplina Português. Como veremos, foi um começo difícil, um conflito com a própria língua. Para Soares,

extrair de uma área de conhecimento uma ‘disciplina curricular’ é, fundamentalmente, escolarizar esse conhecimento, ou seja, é instituir um certo saber a ser ensinado e aprendido na escola, um saber para educar e formar através do processo de escolarização. (SOARES, 2002, p. 155).

No século XVI, foi criado um lugar de aprendizado: a escola. Nesse lugar surgiu uma organização hierárquica na qual os alunos submetiam-se aos professores, os quais, por sua vez, selecionavam que saber(es) deveria(m) ser ensinado(s) e qual(is) deveria(m) ficar de fora do processo educacional. Surgiram, assim, as séries, as classes, as matérias, ou seja, a essência da escola estava criada.

Ainda segundo Soares (2002), nos primeiros tempos do Brasil, o português, apesar de ser falado pelos colonizadores, não era o idioma que prevalecia. Outras duas línguas conviviam naquele mesmo espaço, sendo elas: a língua geral, que era, de certa forma, uma mistura das línguas indígenas existentes, e o latim, no qual era baseado o ensino feito pelos jesuítas. Estes acreditavam que não era possível ensinar diretamente o latim, de forma que o português era usado como mera ferramenta de auxílio para o ensino daquele idioma.

Entretanto, a reforma promovida por Pombal, em meados do século XVIII, tornou obrigatório o uso do português no Brasil. Com isso, Pombal queria “desterrar dos povos rústicos a barbaridade de seus costumes [...] introduzir neles a língua do príncipe que os conquistou.” (SOARES, 2002, p. 159). Nesse trecho, é possível perceber que a língua portuguesa foi imposta e inicialmente usada como forma de dominação e de marcação territorial. Com a expulsão dos jesuítas do Brasil, nessa mesma época, o Português entrou para a escola como disciplina. A gramática latina continuou a ser usada, mas a gramática do Português foi introduzida.

No século XIX, com o surgimento da Imprensa Régia, várias gramáticas foram publicadas. Nesse período, começou o ensino de uma única variedade da língua portuguesa, em busca de uma única gramática, surgindo, assim, uma luta acirrada contra suas variações até de pronúncia.

Nessa época, a Retórica e a Poética eram estudadas em conjunto. No final do império, passaram a constituir disciplinas distintas. Embora escritores

latinos ainda fossem estudados, escritores portugueses também começaram a ser considerados. O estudo da Retórica se baseava em “preceitos relativos à arte de falar bem, à arte de elaboração dos discursos, à arte da elocução.” (SOARES, 2002, p. 163). Vemos aí a valorização do “bem falar/escrever”, que só seria atingido através do estudo da gramática. Uma delas foi a *Gramática Expositiva – Curso Superior*, de Eduardo Carlos Pereira.

Até 1940, as coletâneas que, em geral, acompanhavam as gramáticas (utilizadas como manuais didáticos), eram poucas e não possuíam exercícios ou questões sobre os textos. O professor de Português da época era “aquele a quem bastava que o manual didático lhe fornecesse o texto, cabendo a ele, e a ele só, comentá-lo, discuti-lo, analisá-lo, e propor questões e exercícios aos alunos.” (SOARES, 2002, p. 166).

Dos anos 50 em diante, ocorreram mudanças culturais e sociais que também acarretaram transformações nos livros didáticos, na disciplina Português e na própria importância atribuída ao professor. Até então, somente os filhos da burguesia tinham acesso à escola. Nesse período, porém, devido a reivindicações populares, os filhos dos trabalhadores também passaram a ter acesso ao ensino. Esse fato provocou um considerável aumento do número de alunos nas escolas, o que fez com que ocorresse grande recrutamento de professores, recrutamento esse que, no entanto, foi feito sem muito critério.

A partir de 1950/1960, gramática e texto se constituem como disciplinas e “ou se estuda a gramática a partir do texto ou se estuda o texto com os instrumentos que a gramática oferece.” (SOARES, 2002, p. 167). É nessa época que os manuais didáticos passam a incluir exercícios que atendem aos diversos conteúdos estudados. Portanto, já não é mais do professor a responsabilidade de propor exercícios; o livro didático assume também essa tarefa, o que provoca o início da depreciação da função do professor.

De acordo com Molina (2004), foi no final do século o XIX/início do século XX que o processo de gramatização brasileira do português ocorreu. Em outras palavras: os autores brasileiros tomaram para si a responsabilidade de produzir gramáticas, antes restritas a autores portugueses. Isso devido a vários fatores, tais como a busca por registrar a “nova forma” do português usado no Brasil, as necessidades de um aparelho escolar em franca expansão e a formulação do Programa de Ensino de Fausto Barreto, que levou nomes laureados no magistério a elaborar compêndios que atendessem à nova orientação. Foi um período tão profícuo no surgimento de manuais de estudo da língua que chegou a ser chamado por Antenor Nascentes de *período gramatical*. Nesse contexto, a noção “ser autor de gramática no Brasil” sofreu um deslocamento: não se tratava mais de assumir um saber linguístico como mero reflexo do saber gramatical português, mas de tomar para si a responsabilidade e a autoridade de descrever o português do Brasil. Foi nessa época que surgiu a *Grammatica Expositiva – Curso Superior*

(1ª. edição: 1907), de Eduardo Carlos Pereira, aqui tomada como nosso objeto de estudo em sua 4ª. edição.

Lembramos que o final do século XIX foi um período conturbado e importante para a construção do Estado Brasileiro. Nele, ocorreram mudanças, tais como o crescimento da industrialização e, conseqüentemente, o desenvolvimento dos centros urbanos, o aumento das instituições escolares, grandes descobertas tecnológicas e o fortalecimento dos ideais socialistas e positivistas de Darwin e de Mendel. Em relação ao contexto brasileiro, foi a época da Proclamação da República (1889), acontecimento que, juntamente com a Independência (ocorrida em 1822), contribuiu, decisivamente, para concretizar a questão da língua. A República, por exemplo, propiciou o desenvolvimento das instituições (escolas, projetos de ensino, dicionários, gramáticas). A formação do Novo Estado ocorreu, paralelamente, com a construção da unidade da língua, dos saberes sobre ela e sobre seu ensino. Nesse sentido, a gramática foi um ponto de apoio para a construção da identidade Língua/Nação/Estado.

Com essa breve história, podemos perceber que os livros didáticos passaram a ter muita importância, mais do que simplesmente servir de apoio à aula, o que seria sua função original. Já as gramáticas, usadas inicialmente como manuais didáticos, tornaram-se, com o surgimento dos livros didáticos modernos (décadas de 1960-70), obras de referência, utilizadas como complemento ao ensino. Nessa perspectiva, a escola, com a utilização dos livros didáticos e das gramáticas, sempre foi a principal instituição a propagar o discurso do que seria a forma correta de falar e escrever, o “bom uso” da língua.

Para refletir sobre esse discurso do “certo” e do “errado”, tomaremos as duas gramáticas selecionadas (vide Introdução): a *Grammatica Expositiva – Curso Superior*, de Eduardo Carlos Pereira (46. ed, 1926), e a *Grammatica Portuguesa pelo Methodo Confuso*, de Mendes Fradique (1. ed., 1928, reproduzida integralmente em 1985). Buscaremos verificar a posição que cada uma delas assume em relação à boa norma, selecionando, para tanto, alguns termos/conceitos que serão confrontados, ressaltando, sobretudo, suas diferenças, já que a obra de Mendes Fradique se constitui como uma paródia da gramática normativa. Ainda verificaremos duas estratégias discursivas que contribuem para que a normatividade da *Grammatica* de Pereira seja aceita pelos interlocutores.

Esclarecemos que, embora a *Grammatica portugueza pelo methodo confuso* seja dividida em duas partes: uma gramática propriamente dita e um apêndice antológico, restringiremos a presente pesquisa apenas à primeira parte, dados os limites (principalmente de tempo) de um projeto de Iniciação Científica.

2 Examinando as duas gramáticas

2.1 A Gramática Expositiva – Curso Superior, de Eduardo Carlos Pereira

Como dissemos anteriormente, a gramática de Eduardo Carlos Pereira foi publicada inicialmente em 1907. A partir dessa 1ª edição, surgiram outras 114, sendo a última a de 1958. Tal obra passa a impressão de ser uma gramática descritiva ou expositiva, como o próprio título indica, mas, na verdade, é prescritiva, ditando as regras de como falar e escrever bem. Isso pode ser percebido já nas primeiras páginas (3 e 4), quando o autor nos apresenta as seguintes definições de gramática:

1) “Grammatica Expositiva, descritiva ou prática, é a que expõe ou descreve methodicamente os factos actuaes de uma lingua determinada.”

2) “Grammatica expositiva portugueza é a exposição methodizada das regras relativas ao uso correcto da língua portugueza.” (PEREIRA, 1926, p. 3-4).

A primeira definição corresponderia a de uma gramática descritiva, que expõe os fatos da língua, sem apresentar juízos de valor sobre o que estaria certo ou errado. Já a segunda definição é própria da gramática normativa, que valoriza somente um modo de se expressar: aquele que segue as regras, que é tido como “correto”, distinguindo-se, claramente, do “errado”. Com isso, desqualificam-se as outras formas, ou seja, as variações, considerando-as indesejáveis, inadequadas, desprestigiadas e inferiores.

Começamos, então, com uma apresentação breve deste conceito que dará base à análise que se segue. Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa, que já apresentam uma definição baseada na Sociolinguística, uma vez que consideram a relação entre língua e sociedade, verificaremos o conceito de variação linguística:

A variação é constitutiva das línguas humanas, ocorrendo em todos os níveis. Ela sempre existiu e sempre existirá, independentemente de qualquer ação normativa. Assim, quando se fala em Língua Portuguesa, está se falando de uma unidade que se constitui de muitas variedades. Embora no Brasil haja relativa unidade linguística e apenas uma língua nacional, notam-se diferenças de pronúncia, de emprego de palavras, de morfologia e de construções sintáticas, as quais não somente identificam os falantes de comunidades linguísticas em

diferentes regiões, como ainda se multiplicam em uma mesma comunidade de fala. (BRASIL, 1998, p. 29).

O documento segue expondo que

[...] o estudo da variação cumpre papel fundamental na formação da consciência linguística e no desenvolvimento da competência discursiva do aluno, devendo estar sistematicamente presente nas atividades de Língua Portuguesa. (BRASIL, 1998, p. 82).

Nesses trechos, é possível perceber a importância que é dada ao estudo da variação, ao contrário do que ocorre na *Grammatica*, de Eduardo Carlos Pereira, que valoriza apenas o estudo da norma, sendo esta a única forma considerada correta, como será comprovado a seguir.

Com a intenção de desvelar esse caráter prescritivo da obra de Eduardo Carlos Pereira, que não aceita as variações linguísticas, analisaremos os prólogos da 1ª, da 2ª e da 8ª edição, incluídas na publicação de 1926 (46ª ed.). No prólogo da 1ª edição, o autor expressa seu ponto de vista em relação ao conflito existente entre a escola tradicional e a nova corrente, que, segundo ele, estaria prejudicando o ensino da língua de seu tempo. A dita corrente moderna seria aquela que dá enfoque ao elemento histórico da língua. Já a corrente tradicional se preocuparia com o elemento lógico na expressão do pensamento. Ainda segundo o autor, o erro estaria em prestigiar uma abordagem em detrimento da outra. Para solucionar essa questão, Pereira propõe: “basta ministrar a dosagem historica ao alcance do alumno.” (PEREIRA, 1926, p. 7).

Após essa explicação, o autor ressalta que ampara suas teorias gramaticais na autoridade de “mestres de reconhecida competencia, taes como – F. Diez, A. Darmesteter, C. Ayer.” (PEREIRA, 1926, p. 8) e que utiliza os discursos de locutores de prestígio, de autoridades que estão “acima de qualquer contestação”, entre os quais estão os escritores portugueses Alexandre Herculano e Antonio Feliciano de Castilho. Com isso, vemos que o autor usa autoridades (autores consagrados) para validar o discurso do bom uso. Nesse momento, assim como em vários outros, como será comprovado no decorrer da análise, Pereira faz uso do que foi chamado, por Charaudeau, de estratégias discursivas. Ao citar esses “mestres”, Pereira utiliza-se da credibilidade para “determinar uma posição de verdade, de maneira que ele possa [...] ser levado a sério.” (CHARAUDEAU & MAINGUENEAU, 2008, p. 143), de forma que o que ele diz também esteja “acima de qualquer contestação”. Ao mesmo tempo, Pereira conquista sua legitimidade, que, ainda segundo o teórico do discurso, é adquirida a partir de outra estratégia, a

legitimação, em que o sujeito, no nosso caso, Pereira, teria então autoridade para tomar a palavra, uma vez que, ao citar os autores renomados, passaria a ideia de que sabe do que está falando e que entende do assunto. Dessa forma, o que for dito por Pereira será mais facilmente acatado pelos interlocutores, que, muito provavelmente, adotarão, também, sua prescrição, ou seja, “o certo” e “o errado” da língua.

Ainda no prólogo da 1ª edição, o autor da gramática justifica a escolha de provérbios, máximas e sentenças morais para figurar em sua gramática, pelas seguintes razões:

- a) a fixação fácil da regra pelo frisante e agradável exemplo; b) o enriquecimento do espírito da mocidade com o legado venerável da boa e velha linguagem; c) a influencia salutar dos princípios moraes. (PEREIRA, 1926, p. 7).

Tais razões não deixam dúvida quanto ao caráter prescritivo e moralizante da obra de Pereira, que faz, sim, uma distinção entre a “boa” linguagem e aquela que não o é, ressaltando ainda o interesse de influenciar as pessoas a utilizarem essa “boa” linguagem.

Já no final desse primeiro prólogo, o autor faz referência à sua gramática como “um corpo harmonico e symetrico de doutrinas.” (PEREIRA, 1926, p. 7), entendendo-se por doutrina aquilo que deve ser seguido ao pé da letra e sem contestações, o que mostra, mais uma vez, sua intenção de fazer das regras expostas a forma “natural” de falar e escrever das pessoas, recusando, assim, as variações linguísticas.

Já no prólogo da 2ª edição, observamos que é a “lingua viva das pessoas cultas” (PEREIRA, 1926, p. 12) que é estudada e valorizada, o que reforça o caráter prescritivo dessa gramática. O autor volta a citar os “modernos escritores de incontestável competência” (PEREIRA, 1926, p. 12) para validar seu discurso. O final do prólogo adquire um certo tom apelativo, quando se afirma que ter o conhecimento perfeito da língua é sinal de patriotismo, buscando-se, dessa forma, fazer com que os alunos (e professores), destinatários da gramática, demonstrassem interesse em aprender as regras do português culto, uma vez que isso lhes daria o sentimento de pertencimento à nação amada.

No prólogo da 8ª edição, mais uma vez se faz referência ao valor da língua para a pátria: “o amor ao estudo da língua vernácula, rica herança de nossos avós...” (PEREIRA, 1926, p. 12). No trecho em questão, conhecer a língua equivale a ter amor pela pátria. No final do prólogo, entende-se que conhecer bem a língua contribuirá para a “futura grandeza de nosso paiz.” (PEREIRA, 1926, p. 12).

A partir da análise dos prólogos comprovamos que a gramática de Eduardo Carlos Pereira, ao contrário do que ele afirma, promove o discurso da boa norma, ou seja, trata-se de uma gramática prescritiva e não expositiva/descritiva, como se vê no título.

Partiremos agora para a apresentação da *Grammatica Portugueza pelo Methodo Confuso*, de Mendes Fradique. Constatamos que ela pode ser considerada uma paródia, uma vez que satiriza a vida cultural do país e, principalmente, a língua portuguesa, já levantando um questionamento sobre o que seria o “falar/escrever bem”, se seria o que a gramática (normativa) propõe ou se seria a verdadeira forma como as pessoas falam.

2.2 A Grammatica Portugueza Pelo Methodo Confuso, de Mendes Fradique

Segundo Hutcheon (1989, p.54), “paródia é [...] repetição, mas repetição que inclui diferença; é imitação com distância crítica, cuja ironia pode beneficiar e prejudicar ao mesmo tempo.”

Sabemos que, em várias palavras da língua portuguesa, o prefixo *para-* traz a ideia de “contra” ou de “oposição”. É isso que acontece em *paródia*. De acordo com Hutcheon (1989, p.48), “a paródia torna-se uma oposição ou um contraste entre textos.” Nesse caso, confronta-se um texto com outro, com a intenção de se zombar dele ou de torná-lo caricato. A análise da gramática de Mendes Fradique nos permitirá constatar que um de seus objetivos é zombar do discurso das gramáticas tradicionais, como a de Eduardo Carlos Pereira, que pregam a utilização da “boa norma”, ao mesmo tempo em que condenam o(s) “mau(s) uso(s)”.

Ainda de acordo com Hutcheon, existe uma distanciação crítica entre o texto original e o novo texto criado, distância essa que é, normalmente, marcada pela ironia. No decorrer da análise da obra de Mendes Fradique, veremos o quão frequentemente esse recurso é utilizado.

A paródia muitas vezes é confundida com o pastiche. Entretanto, enquanto este marca a semelhança, aquela acentua a diferença. Sua função é, portanto, a separação e o contraste. A paródia também é vista como uma importante forma de autorreflexão, no caso em questão, autorreflexão sobre a língua portuguesa e sobre as regras gramaticais (prescritivas) que a sustentam. Assim, ao longo de sua obra, Mendes Fradique vai refletindo sobre a “boa norma”, sobre o que é considerado (in)correto pela gramática tradicional e, ao mesmo tempo, vai questionando esses usos. Tudo isso de forma criativa, bem humorada e irônica.

Já no âmbito da chamada Análise do Discurso de linha francesa (AD), Maingueneau (1993), entre outros autores, reconhece o texto como um objeto fundamentalmente heterogêneo, em que diferentes vozes dialogam. Ora, entre os fenômenos classificados como mais representativos dessa heterogeneidade, encontra-se a “imitação”. Segundo o autor, a imitação recobriria a noção de paródia, codificada desde a retórica. Entretanto, na sua opinião, esse último termo sempre foi utilizado de modo depreciativo, o que o leva a preferir o termo “imitação”, que pode assumir duas configurações: a captação (imitação servil) e a subversão. Nesta, ocorre a desqualificação da estrutura imitada no próprio movimento de sua imitação (o que remeteria à paródia).

Levando-se em conta as definições apresentadas acima, é possível caracterizar a *Grammatica Portuguesa pelo Methodo Confuso* como sendo uma paródia (ou uma imitação pela subversão). Isso porque a obra é dividida nas mesmas partes que as gramáticas tradicionais: a Phonologia, a Lexicologia, a Syntaxe e o Appendice Anthologico, porém faz uso da ironia e do humor, com o objetivo de rebaixar, de desqualificar, o discurso oficial das gramáticas.

Toda essa ironia já é ressaltada no prólogo intitulado “Duas Palavras”, no qual o autor faz agradecimentos a dois dos gramáticos mais renomados dos anos 1920: Mario Barreto e Laudelino Freire, os quais eram estudados nas escolas da época. Mendes Fradique afirma que sua gramática pertence a esse seletivo grupo de obras adotadas nas escolas (“conseguir a adoção deste livro nas casas de ensino publico”) (FRADIQUE, 1985, p. 5), como se seu livro fosse, de fato, estudado nas escolas. Além disso, o autor faz referência aos autores consagrados: segundo ele, “nada ha que mais illustre os estudiosos e mais lhes enriqueça o conhecimento da língua, do que a leitura dos bons autores” (FRADIQUE, 1985, p. 6). Sendo este outro trecho irônico, uma vez que entendemos, aqui, a ironia como um efeito “que consiste em dizer o contrário do que se quer fazer o destinatário compreender.” (CHARAUDEAU & MAINGUENEAU, 2008, p. 291).

Ao adentrarmos o conteúdo da gramática, no entanto, não temos dúvida quanto ao seu caráter paródico: ou seja, ela imita uma gramática tradicional, desqualificando-a no próprio movimento de imitação, o que já fica claro na exposição do conceito de gramática:

Grammatica é a arte de fallar e escrever incorrectamente uma lingua. Segundo affirmam os grammaticos, a grammatica é o conjunto de regras tiradas do modo pelo qual um povo falla usualmente uma lingua. Ora, o povo falla sempre muito mal, e escreve ainda peormente; logo, não é de estranhar que seja a grammatica a arte de fallar e escrever incorrectamente uma lingua. (FRADIQUE, 1985, p. 7).

Nessa definição de gramática, Mendes Fradique afirma que, de acordo com os gramáticos (observe-se que ele não se inclui nessa categoria: “Segundo afirmam os grammaticos...”), a gramática é a forma como as pessoas falam. Sendo essa forma incorreta, também o é a gramática. É possível concluir disso que Mendes Fradique coloca em discussão, primeiro se as pessoas realmente falam seguindo as regras da gramática e, posteriormente, se essa forma de falar seria mesmo a correta. Assim, ao se excluir dessa definição, o autor já mostra seu ponto de vista contrário à função normativa das gramáticas, aderindo a uma concepção mais descritiva/expositiva dos fatos linguísticos.

Com a análise que segue, veremos mais explicitamente a crítica feita à gramática normativa e os recursos utilizados por Mendes Fradique para levá-la a cabo. Para tanto, utilizaremos as noções de *língua*, *substantivo*, *adjetivo*, *sujeito* e *complemento* propostas pelo autor, que serão comparadas aos mesmos conceitos presentes na gramática de Eduardo Carlos Pereira, de modo a reforçar os contrastes existentes entre o discurso dito sério de Pereira e o discurso paródico, assumido por Mendes Fradique.

3 Comparação de algumas noções

3.1 Língua

Eduardo Carlos Pereira (1926, p. 1) define língua como “um systema natural de palavras de que se servem os agrupamentos de homens para entre si communicarem seus pensamentos.” Vemos aí uma conceituação tradicional do que seria a língua: aquela que a toma como “expressão do pensamento”, herança de Port-Royal, e como “instrumento de comunicação”, comunicação essa que se pressupõe harmônica.

Já a primeira noção de língua apresentada por Mendes Fradique (1985, p. 10) é a seguinte: “chama-se lingua, em Philologia, o processo vocal que se entendem ou desentendem os elementos da collectividade humana”. Com isso, o autor desfaz a ideia de uma comunicação harmônica (implícita na definição de Pereira), mostrando que a língua se presta tanto ao entendimento quanto ao desentendimento entre os falantes.

A partir daí, Mendes Fradique apresenta-nos outras definições, utilizando-se de trocadilhos³ a partir dos diversos sentidos possíveis da palavra

3 Segundo o *Dicionário Houaiss da língua portuguesa* (2009, p. 1884), trocadilho é um “jogo de palavras que apresentam sons semelhantes ou iguais, mas que possuem significados diferentes, de que resultam equívocos por vezes engraçados” ou ainda “uso de expressões que dá margem a diversas interpretações.”

língua, o que provoca comicidade. As línguas são então subdivididas em: vivas, semi-mortas e mortas, sendo conceituadas da seguinte forma:

São vivas as línguas que estão em uso actual e vulgar entre os homens.

São semi-mortas as línguas que, embora não estejam verdadeiramente mortas, passam, todavia, annos, lustros e decennios, sem que dêem sequer um ar de sua graça.

São mortas as que já se não fallam entre as collectividades nacionaes, mas apenas atravancam as estantes dos letrados e as prateleiras das mercearias (FRADIQUE, 1985, p. 11).

É importante notar que as definições de línguas vivas e semi-mortas não estão de todo erradas; mas foram apresentadas de forma menos séria, engraçada e com a utilização de uma linguagem mais coloquial, quando, por exemplo, o autor usa a expressão “um ar de sua graça”.

A definição das línguas mortas, por sua vez, faz referência ao fato de que somente os letrados ainda possuem livros nas línguas mortas, como o latim e o grego, e que ninguém mais as estuda. Em seguida, o autor continua caracterizando as línguas mortas como sendo: “as linguas que se não fallam, mas que se encontram fóra da bocca e da cultura literaria dos senadores-coronelões.” (FRADIQUE, 1985, p. 12). Ele ainda as subdivide em “orientaes, classicas e linguas mortas comestíveis.” (FRADIQUE, 1985, p. 12). Essas últimas, no seu entender, são usadas muito nas feijoadas, o que o leva, logo em seguida, a apresentar ao leitor uma receita de feijoada. Nesse ponto, vemos que o humor, característico das paródias, beira o *nonsense*: o autor satiriza a vida cultural da época em notas de rodapé, que nada têm a ver com o conteúdo de uma gramática. A título de ilustração, apresentamos uma dessas notas, na qual ao falar sobre as “línguas mortas comestíveis” nos é apresentada a receita de uma feijoada:

Fórmula empyrica da feijoada completa:

Feijão X entulho

Fórmula racional

Feijão X agua

Toucinho, lingua do Rio Grande, bacon, 1 ou 2 latas de lixo, tripas, orelheira, rabada, carne verde ou amarella, mocotó, entrecosto, presunto, paio, sal, pimenta do reino, cravo, ceboulla, alho, vinagre, eventro, salsa, louro, moreno, couve, repolho, abobora, banana da terra, cenoura, nabo, brócolos, tomate, ponta de cigarro bem lavadinha, pimentão. (FRADIQUE, 1985, p. 13).

Para finalizar a apresentação do que seria a língua, Mendes Fradique (1985) afirma:

A língua, sob o ponto de vista da pathologia, está sujeita a várias affecções. As enfermidades mais communs e felizmente mais benignas da lingua são o solecismo, a aphtose, o sapinho, o nephelibatismo, as placas luéticas e a maledicencia. As mais graves doenças da lingua são o futurismo e o cancer. (FRADIQUE, 1985, p. 14).

O autor mistura, ironicamente, os problemas da língua (órgão do corpo humano), como a aftose e o sapinho, com problemas da gramática da língua, como o solecismo. É importante notar que o solecismo, entendido como uma inadequação na estrutura sintática da frase, é encarado como benigno, comprovando mais uma vez a crítica feita por Mendes Fradique em relação ao “certo” e ao “errado” das gramáticas normativas.

3.2 Substantivo

Na *Grammatica Expositiva*, de Pereira, encontramos a seguinte definição de substantivo: “é a palavra com que nomeamos seres animados ou inanimados, por ex: Paulo, mulher, leão, arvore, alma, anjo, rei” (1926, p. 59). Após essa definição, encontramos a classificação dos substantivos: concreto/abstrato, próprio/comum, primitivo/derivado, simples/composto, coletivo. O autor nos apresenta esses conceitos de forma tradicional e bem semelhante ao que ainda encontramos na maioria das gramáticas prescritivas da atualidade.

É interessante notar que pouco a pouco o autor vai deixando a prescrição evidente. Isso começa a ficar claro quando ele diz que “devemos distinguir no substantivo a compreensão e a extensão” (PEREIRA, 1926, p. 60). A utilização do verbo *devemos* já mostra uma obrigação sobre aquilo que deve ser feito.

Após a classificação dos substantivos, Pereira nos apresenta as flexões como sendo “accidentes de genero, numero e grau.” (1926, p. 61). Quanto ao gênero, os substantivos podem ser classificados, em português, como feminino ou masculino. “O gênero gramatical corresponde, em regra, ao sexo natural dos seres vivos” (PEREIRA, 1926, p. 61). Em seguida o autor continua, explicando que para os seres inanimados, que não têm sexo, foi inventado o gênero neutro, mas que essa classificação foi repelida pela língua. Nesse momento, o autor cita o latim e o grego, afirmando que, nessas duas línguas, o gênero neutro existiu. O latim é chamado de “lingua-mãe”, o que revela sua importância e sugere a necessidade de que ele seja seguido e respeitado. Isso leva Pereira (1926), por tabela, a se posicionar contra a mudança linguística e a valorizar a tradição.

O autor afirma ainda quanto ao gênero dos substantivos: “Nota-se em bons escriptores incerteza generica nos seguintes nomes: farroupilha, personagem, trama...”. (PEREIRA, 1926, p. 61). Portanto, ele convoca, novamente, os “bons escriptores” para validar sua explicação.

Ao tratar da classificação dos substantivos quanto ao número, o autor nos apresenta as “regras para a formação do plural”. A título de ilustração, citaremos algumas:

1ª regra – Aos nomes terminados em vogal pura ou nasal junta-se simplesmente um s. Exs.:

banco	bancos	paletó	paletós
sofá	sofás	tribu	tribus
lei	leis	grau	graus
irmã	irmãs	iman (=imã)	imans (imãs)

2ª regra – Aos nomes terminados em ão correspondem respectivamente tres fórmulas pluraes -ãos, ões, ães:

1. -ãos			
mão	mãos	cidadão	cidadãos
christão	christãos	pagão	pagãos
2. -ões			
botão	botões	lição	lições
melão	melões	portão	portões
sermão	sermões	garrafão	garrafões
3. -ães			
pão	pães	capitão	capitães
ermitão	ermitães	capellão	capellães
tabellião	tabelliães	escrivão	escrivães

(PEREIRA, 1926, p. 65).

Nesse momento, ao ditar regras, o autor deixa explícito o caráter prescritivo de sua gramática. A regra é aquilo que deve ser seguido, a que se deve obedecer, pois é o que se considera “certo”.

Ao apresentar a 7ª regra, o autor volta a fazer referência às “boas autoridades, como A. Cortesão, Gonçalves Viana, etc.” (PEREIRA, 1926, p. 67), com isso, pretende, mais uma vez, validar seu discurso por meio dos “locutores de prestígio”.

Na nota 156, relativa ao ô tônico, o autor dá a seguinte explicação: “Quando ao ô tônico segue-se m ou n, conserva-se elle FECHADO.” (PEREIRA, 1926, p. 71), e continua: “E’ sem duvida esta a pronuncia em Portugal.” (PEREIRA, 1926, p. 71). Vemos aí uma supervalorização do português de Portugal que deve ser seguido aqui no Brasil pelo fato de ser considerado o português correto. A referência ao português de Portugal volta a aparecer na observação de nº 164 (p. 73).

Já em seu *Methodo Confuso*, Mendes Fradique nos apresenta o substantivo como: “a palavra que designa o ser” (1985, p. 53). Vemos aí que a definição não se diferencia muito daquela que foi apresentada por Eduardo Carlos Pereira. Entretanto, o autor continua: “As vezes designa também o não ser.” (FRADIQUE, 1985, p. 53) e, como exemplo, cita as palavras “nada” e “zero”. Trata-se, pois, de palavras que designam a não existência, algo sem valor, nulo, que seriam, portanto, caracterizados como “não ser”. Vemos nesses exemplos, mais uma vez, o efeito cômico provocado pelo autor em suas (não) definições.

Mendes Fradique continua a classificação do substantivo como podendo ser “proprio” ou “de aluguel”, “real” ou “abstracto”, sendo os últimos dois assim definidos:

É real quando se relaciona com o rei ou quando serve de padrão monetário⁴.

Ex: Real Gabinete Portuguez de leitura

É abstracto quando não passa de conversa fiada.

Ex: Cambio estavel, plataforma governamental, opinião pública, soberania popular, Democracia, sorte grande, camarão de empada, Thesouro Nacional, etc (FRADIQUE, 1985, p. 54)

Os exemplos de substantivos abstratos mostram a crítica feita à sociedade e ao governo da época, deixando claro que “cambio estavel” e “Democracia” são conceitos utópicos, que, de fato, não existem, assim como a “opinião publica” e o “Thesouro Nacional”. Após essas definições, que, como vimos, passam pela mordaz ironia do autor, são apresentados os conceitos de substantivo simples/composto, primitivo/derivado, sendo os dois últimos assim definidos:

⁴ Trata-se da moeda *real* – plural: *réis* – que foi herdada dos colonizadores e utilizada no Brasil mesmo depois da Independência (século XIX).

É primitivo quando já se não usa mais.

Ex: roupa feminina, cabellos penteaveis, decencia horeographica, probidade politica, direito de voto, tilbury, bacamarte, pudor literario, pão ao domingo, café de café, peixe fresco, vassoura, etc.

É derivado quando procede de outro substantivo.

Ex: queijo, que deriva do leite (FRADIQUE, 1985, p. 55)

Vemos, na definição do substantivo primitivo, mais críticas a respeito do comportamento e dos costumes da sociedade da época, entre os quais a falta de integridade política, de pudor literário etc. Já no exemplo de substantivo derivado, o sentido da palavra “derivado” não se refere à língua, mas à culinária, apresentando-nos a origem do leite.

Mendes Fradique continua o estudo do substantivo apresentando suas variações de gênero, número, caso e grau. Em relação ao número, diz:

Numero é o resultado da comparação da grandeza com a unidade. Os substantivos variam segundo os numeros: singular que se applica ao numero 1; e plural que dá idéa de mais de um.

O plural dos substantivos forma-se por varios modos.

1)Forma-se, geralmente, com o accrescimo de um s ao vocabulo.

Ex: livro, livros

2)Antigamente formava-se com o casamento:

Ex: varão, que com o casamento dava: filhos, genros, noras, sobrinhos e netos. Modernamente o casamento não leva ninguem ao plural; leva muito ao dual; e isso mesmo...sabe Deus como.

3)Forma-se também o plural com o papel carbonico, que pôde pluralisar varias copias da mesma pagina. (FRADIQUE, 1985, p. 59-60).

Vemos que até o item 1, acima, o autor nos apresenta a noção de número referente aos substantivos de forma semelhante à das gramáticas tradicionais. Já no item 2, Mendes Fradique parte novamente para o *nonsense* e o humor baseado na crítica à sociedade. Nesse caso, é ressaltado o fato de que, com a modernização da sociedade, os casais tendem a ter menos filhos ou a não ter filhos, ou seja, não ocorre plural ou aumento do número de integrantes da família. O item 3 também beira o *nonsense*, uma vez que a formação de plural apresentada nada tem a ver com a gramática. O que nos é apresentada é a utilidade do papel carbônico, que seria o de aumentar ou “pluralisar” as cópias de uma mesma página.

Em relação à variação de grau, o substantivo pode dar “uma idéa de augmento no augmentativo; de diminuição no diminutivo; e de patuscada no pejorativo.” (FRADIQUE, 1985, p. 61). Quanto à formação do grau do substantivo, a explicação é a seguinte:

Augmentativo se fôrma com a terminação inho.
Ex: Moinho – mó grande
Fossinho – fossa grande (nasal)
O diminutivo se fôrma com a terminação ao.
Ex: cartão – carta pequena
Cordão – corda fininha
Pontilhão – ponte pequena
Limão – lima pequena (e azêda)
O pejorativo se fôrma á bessa.
Ex: baitarra, caraça, poestastro, etc. (FRADIQUE,1985, p. 61-62)

Nesses casos, as definições 1 e 2 estão invertidas, pois as palavras terminadas em “inho” representam o diminutivo, enquanto as terminadas em “ão”, o aumentativo. Além disso, como exemplo, o autor escolheu justamente aquelas palavras em que as definições tradicionais não se aplicam, como quando diz que “cartão” é uma “carta pequena” ou que “limão” é uma “lima pequena”, acrescentando entre parênteses “e azêda”, o que é característica da fruta e não do substantivo, que é a classe de palavras em estudo.

3.3 Adjetivo

Pereira assim define adjetivo:

é a palavra que tem por função modificar o substantivo, indicando-lhe as qualidades ou determinando alguma circunstancia externa da sua existencia, taes como: homem alto, magro, pallido, intelligente e bom – estes homens, quelles homens, dois homens (PEREIRA, 1926, p. 76).

Ao explicar, em seguida, o fenômeno da substantivação do adjetivo e a adjetivação do substantivo, o autor cita os “grammaticos latinos” que acreditavam na semelhança entre o substantivo e o adjetivo e davam-lhes a denominação geral de “nome”, que até hoje é utilizada. Notamos aí o aparecimento da referência aos “grammaticos latinos” que são considerados, ainda nessa época, a verdadeira fonte dos conhecimentos sobre a língua, razão por que são citados. Com essa referência, novamente Pereira dá credibilidade ao que diz e, conseqüentemente, valida e reforça o discurso do certo e do errado em relação à língua.

Ao explicar a flexão do adjetivo quanto ao gênero, Pereira nos apresenta um conjunto de regras, da mesma forma como havia feito com os substantivos, mostrando, claramente, a prescrição da sua gramática. Por exemplo, a segunda regra diz que os adjetivos masculinos terminados em “ez, ol, or, e u”

recebem um “a”, assim formando o feminino. Como exemplo, cita: “portuguez” que, no feminino, se transforma em “portugueza”. Em uma nota referente a esse caso, o autor afirma: “seguindo a analogia dos nomes em *or*, *senhor* faz *senhóra* no feminino, e não *senhóra*, como vulgarmente se pronuncia no Brasil”. (PEREIRA, 1926, p. 84). Nesse exemplo, percebemos uma desvalorização do português brasileiro frente ao português de Portugal.

Mais adiante (p. 86-87), encontramos novamente referência à boa e velha tradição latina quando o autor discorre sobre os adjetivos que adquirem formas especiais para exprimir o comparativo de superioridade, entre os quais estariam: bom, mau, grande e pequeno. A referência aos latinos também surge para mostrar o que seria o correto.

Já para Mendes Fradique “adjectivo é a palavra que exprime uma qualidade ou um estado” (1985, p. 62), definição essa que, em princípio, não destoa daquela que foi dada por Pereira nem daquela(s) que encontramos ainda hoje em nossas gramáticas. Porém, os exemplos dados são as palavras “bom” e “Maranhão”. Aqui, como é possível perceber, faz-se um trocadilho com o significado de *Estado*, “divisão territorial de certos países”, e o de *estado*: “modo de ser ou estar” (cf. *Dicionário Michaelis Uol*), o que gera humor.

O autor prossegue na caracterização dos adjetivos que podem determinar substantivos sendo eles: qualificativos e determinativos. Os qualificativos “servem para uso das redações de jornaes governistas e para casos de poetas vazios” (FRADIQUE, 1985, p. 62). Nesse caso vemos que o autor ironiza o fato de os jornais usarem muitos adjetivos para promover ou criticar alguns governos. Ainda são citados os “poetas vazios”, como vimos, uma vez que estes, por não terem nada a dizer, só usam adjetivos para compor/preencher um poema.

Os adjetivos são então subdivididos em: “demonstrativos, possessivos e quantitativos, numeraes e articulares” (FRADIQUE, 1985, p. 63). Os adjetivos demonstrativos são “os que designam o logar e o tempo” (FRADIQUE, 1985, p.63). Entre os exemplos temos: “o mappa das promoções no Exercito, o relógio, a bussola, etc.” (FRADIQUE, 1985, p. 63). Vemos que Mendes Fradique, mais uma vez, se vale do humor para exemplificar a classificação dos adjetivos: nesse caso, ele cita objetos (instrumentos) que podem ser usados para determinar o lugar e o tempo, e não palavras (adjetivos) que deveriam figurar em uma gramática.

Os Possessivos “são os que dão a idea de posse” (FRADIQUE, 1985, p. 63). Entre os exemplos, temos o “governo nos dinheiros públicos”⁵ (FRADIQUE, 1985, p.63), mostrando, novamente, que Mendes Fradique mais

⁵ Embora possa parecer que falta algum elemento no Sintagma Nominal, ele foi copiado fielmente do original.

do que criticar a gramática normativa, satiriza a própria cultura, a própria sociedade em que viveu, o que faz dele “um antecipador de estilos”, como vimos na Introdução (nota 2).

Para exemplificar os Quantitativos o autor também não faz uso de elementos gramaticais, citando, ao contrário, expressões informais que dão ideia de quantidade como, por exemplo: “A bessa, pr’a burro” (FRADIQUE, 1985, p.63), etc. O mesmo acontece com os “numeraes”: ao invés de apresentar adjetivos que dão ideia de número, ele cita os lugares em que encontramos os números como “nas casas, no bicho, nos programmas etc.” (FRADIQUE, 1985, p. 63).

3.4 Sujeito

Pereira define sujeito como “o membro da proposição do qual se declara alguma cousa, p.ex.: eu vivo - tu vives - elles vivem.” (1926, p. 185). Em seguida, afirma:

Embora, em regra, o pronome só em caso recto possa funcionar como sujeito, com tudo casos há em que o pronome obliquo representa o sujeito do infinito. Dá-se isto com os verbos – fazer, deixar, ver ouvir, mandar e synonymos destes, quando o sujeito do infinito se põe para com elles em relação complementar... (PEREIRA, 1926, p. 185).

Após dar exemplos de uso correto do pronome em função de sujeito, cita casos do que, para ele, seria “erro vulgar”, como dizer “Fazei elle sentar, deixae elle vir” (PEREIRA, 1926, p. 185), etc, deixando transparecer, novamente, o carácter prescritivo da sua gramática, uma vez que condena certos usos.

Continua ditando regras quando, em seguida, diz que “o sujeito *não pôde* ser regido de preposição...” (grifos do original) (PEREIRA, 1926, p. 185). Também nesse momento Pereira cita frases retiradas da obra de bons escritores, como este trecho, de Gonçalves Dias, utilizado para exemplificar a noção de Sujeito Composto e também para validar o discurso da *Grammatica*: “pos-sas tu, isolado na terra, sem arrimo e sem pátria vagando, ser das gentes o espectro execrando.” (PEREIRA, 1926, p. 187). Em uma observação posterior, ainda cita o teórico Mason, confirmando a validade do que diz “Alguns gram-maticos, seguindo a Mason, chamam ampliado ao sujeito complexo, e reser-vam esta designação para o phraseologico ou oracional.” (PEREIRA, 1926, p. 187). Para finalizar a parte dedicada ao estudo do sujeito, Pereira apresenta outras definições, como as de sujeito complexo, grammatical e lógico.

Vejamos agora a perspectiva de Mendes Fradique sobre o sujeito: “chama-se sujeito um typo qualquer capaz ou incapaz de exercer uma acção ou manter um estado.” (1985, p. 78). O autor distingue vários tipos de sujeito: “logico ou grammatical”, “simples ou composto”, “complexo ou incompleto”.

“O sujeito é logico quando (*) não faz asneiras. Pedro II, por exemplo, foi sempre um sujeito muito logico.” (FRADIQUE, 1985, p. 78). Nesse trecho, reencontramos o humor provocado por um exemplo que nada tem a ver com a gramática. Em outras palavras: o termo “sujeito” adquire estatuto de pessoa e a palavra “logico” passa a fazer referência ao modo coerente de governo desse indivíduo, no caso, D. Pedro II, que foi muito admirado no cenário nacional, sendo sempre lembrado pela preocupação com a integridade da nação, pelo incentivo à educação e à cultura e pela defesa da abolição da escravatura.

Nesse trecho, aparece um asterisco que remete à seguinte nota de rodapé: “para as pessoas que soffrem dyspepsia, um pouco de mostarda na comida é um bom remédio.” (FRADIQUE, 1985, p. 78). Vemos aí, mais uma vez, o *nonsense* presente na grande maioria das notas de rodapé do livro, que, a exemplo das definições e classificações, também se responsabilizam pelos efeitos de humor.

O autor prossegue com o conceito de “sujeito grammatical”: “o sujeito que se mette a palmatoria do mundo.” (FRADIQUE, 1985, p. 78). Como exemplo, cita Candido Lago, Idem de Figueiredo, Assis Cintra, Laudelino Freire etc, renomados escritores/ gramáticos. Aqui, o sujeito também seria sinônimo de pessoa e aqueles que são citados seriam os responsáveis por corrigir os “erros” gramaticais, sendo, por isso, os donos da palmatória. Percebe-se novamente que Mendes Fradique não fornece uma definição gramatical do termo e se vale de trocadilhos para construir o humor, parodiando uma gramática considerada séria.

O “sujeito simples”, por sua vez, é aquele que “não tem luxos nem cerimônias” (FRADIQUE, 1985, p. 78), como, por exemplo, “Alberto I, da Belgica” (FRADIQUE, 1985, p. 78). Nesse caso, o termo sujeito é, novamente, tomado como uma pessoa e não como um componente sintático da oração. O autor também não nos fornece uma explicação gramatical para o termo: o “simples” aqui se refere ao fato de não ser ornado ou elegante, de possuir hábitos comuns, como “toma[r] banho de mar de cambulhada com toda a gente.” (FRADIQUE, 1985, p. 78-79).

Mendes Fradique caracteriza o “sujeito composto” como sendo, “segundo a definição de Alfredo Gomes, aquele que representa mais de um ser.” (1985, p. 79). Mais uma vez, sua definição não segue a de uma gramática tradicional e é dada de acordo com a lógica do sujeito como pessoa.

Como exemplo, cita o embaixador britânico que representa dois seres, a Grã Bretanha e a Irlanda. O mesmo tom humorístico, construído pela identificação sujeito/indivíduo, pode ser encontrado nas definições de “sujeito complexo”, “incomplexo” (termo cunhado pelo autor), “claro” e “oculto”, aos quais não são atribuídos, em nenhum momento, características sintáticas ou gramaticais.

3.5 O complemento

Pereira (1926, p. 191) define complemento da seguinte forma: “completivo ou adjuncto é o termo ou membro accessorio da proposição, que serve para inteirar, limiar ou determinar a significação da palavra a que se junta.” Segundo o autor, os complementos podem ser divididos em “directos e indirectos”. Afirma ainda que adotará a teoria do “illustre philologo E. Bourciez [...] theoria que não só prima pela clareza, como pela lógica.” (PEREIRA, 1926, p. 192). Nesses trechos vemos que Pereira, novamente, busca apoio em “locutores de prestígio” (escritores e teóricos renomados) para validar seu discurso. Isso remeteria, mais uma vez, ao que Charaudeau considera como estratégias de discurso, sendo elas a credibilidade e a legitimidade, como já foi apresentado anteriormente.

Os complementos podem ser “essenciaes e accidentaes”, sendo que o primeiro tipo subdivide-se em “objectivo” e “terminativo”. O autor afirma que “ao complemento objectivo dá-se o nome de complemento directo ou objecto directo, que corresponde ao accusativo latino, por opposição ao complemento ou objecto indirecto, que corresponde ao dativo latino.” (PEREIRA, 1926, p. 192). Percebemos aí que novamente são feitas comparações com o latim, resgatando-se, dessa forma, a tradição e o que era, na época, considerado correto, assim como na perspectiva da gramática de Pereira, comprovando, portanto, seu caráter prescritivo a partir da distinção entre certo e errado.

Após essas explicações, Pereira diz que alguns pronomes oblíquos podem funcionar como “objecto direto”: *me, te, se, o, a, os, as, nos, vos* e, mais uma vez, cita os “bons escriptores” que autorizam também as formas dativas *lhe* ou *lhes*. Na segunda observação (p. 193), o autor continua a ditar o que é certo e que é errado ao afirmar que “É erro vulgar no Brasil dar ao caso recto dos pronomes substantivos funcções objectivas.” (PEREIRA, 1926, p. 193). Prosseguindo, conceitua objeto direto simples, composto, complexo, “incomplexo”, depois explica o complemento terminativo e os complementos “accidentaes”.

Já para Mendes Fradique, “complemento é, na oração, o termo sobre o que recahe a acção do verbo” (1985, p. 82-83). O exemplo é: “Pedro está novamente na cama.” (FRADIQUE, 1985, p. 83). O termo “na cama” seria o complemento em que Pedro recaiu “provavelmente em virtude de alguma imprudência ou de algum trocadilho inopinado.” (FRADIQUE, 1985, p. 83). Vemos, de novo, que a explicação dada pelo autor não tem a ver com questões gramaticais, provocando o humor.

Ainda de acordo com Mendes Fradique, o complemento pode ser “directo” ou “indirecto”, os quais são conceituados da seguinte forma:

E’ directo quando não pára em todas as estações.

Ex: L.P (*)

É indirecto em caso contrário.

(*) Luxo Paulista, E.F.C.B (FRADIQUE, 1985, p. 83)

Uma vez mais, vemos que o autor não fornece explicações gramaticais; nesse caso, faz referência ao “luxo paulista”, mostrando um pouco da sociedade de sua época que também é satirizada em sua obra.

Conclusão

A realização do trabalho nos possibilitou de forma breve verificar duas estratégias de discurso presentes na gramática de Eduardo Carlos Pereira, a credibilidade e a legitimidade, conforme o que foi proposto pelo analista do discurso Patrick Charaudeau. Verificamos como essas estratégias contribuem para a aceitação do discurso do certo e do errado presente na *Grammatica*, o que favoreceria a propagação de um estudo prescritivo da língua. Ainda fizemos a comprovação teórica de que a *Grammatica Expositiva - Curso Superior*, ao contrário do que é afirmado no título, é, sim, uma gramática prescritiva, uma vez que faz distinção entre o “certo” e o “errado” e desconsidera o valor das variações linguísticas. É uma das gramáticas que, segundo Perini (2009, p. 20) propaga “a crença de que os fatos da língua estão consignados nas gramáticas e nos dicionários, de maneira exaustiva e totalmente correta. Assim, para conhecer realmente a língua seria mais importante estudar a gramática do que observar diretamente o funcionamento da língua na escrita ou na fala.”

Ainda segundo o linguista, essas gramáticas desprezam a observação dos fatos e favorecem “uma ilusória confirmação de expectativas preestabelecidas.” (PERINI, 2009, p. 21). Na gramática de Eduardo Carlos Pereira,

vemos momentos em que até mesmo a pronúncia é corrigida. Um exemplo que demos e que deve ser lembrado é pronúncia do “õ” tônico que, quando seguindo de “m” ou de “n”, deve ser fechado, assim como é em Portugal. Nos dias de hoje, as diferentes pronúncias decorrentes, por exemplo, da variação regional e/ou da variação sociocultural, já são mais aceitas. Trata-se, no entanto, de uma questão ainda complexa e sujeita ao preconceito.

A *Grammatica portugueza pelo methodo confuso*, por sua vez, desconstrói parodicamente esse discurso do “certo” e do “errado”, uma vez que, como comprovamos, ela rebaixa e desqualifica a autoridade do texto ou do gênero fonte, o que foi demonstrado à luz das reflexões de Linda Hutcheon e do teórico do discurso Dominique Maingueneau. Além disso, o autor da paródia questiona a tradição de ainda se tomar o uso do Latim e do Grego como parâmetro do bom uso, o que, de certa forma, nega a ideia de evolução das línguas. O fato de diferentes línguas terem se originado do Latim e do Grego comprova justamente que as línguas evoluem de diferentes formas e pelos mais variados motivos, o que remete ainda à necessidade de repensar as diferenças entre o português do Brasil e o de Portugal, sem que uma variedade linguística seja considerada melhor do que a outra. Afinal, são países que se separaram há séculos e que evoluíram econômica, política, social e linguisticamente de formas bem diferentes. Tudo isso mostra Mendes Fradique como uma espécie de precursor de questões linguísticas atuais, além de um crítico mordaz da sociedade de sua época.

Aliás, o caráter de paródia da *Grammatica* de Fradique tem seus momentos máximos de *nonsense* nas numerosas notas de rodapé que, como vimos, abordam assuntos da vida doméstica – como, por exemplo, receitas de cozinha – que nada têm a ver com os (pretensos) conteúdos gramaticais abordados. O livro dialoga, portanto, humoristicamente, com as gramáticas sérias em que todos nós estudamos um dia, tomando-as como um espaço para rupturas, deslocamentos e transgressões. Assim, vemos que a *Grammatica portugueza pelo methodo confuso* é, de fato, um espaço de subversão da gramática escolar tradicional (daí o cotejo com a obra de Eduardo Carlos Pereira), mas, também, um espaço de sátira aos costumes da época.

Como já foi dito, atualmente as variações estão sendo mais estudadas e mais aceitas, tendo sido a questão do “certo” e do “errado” deslocada para a do mais/menos adequado à situação de comunicação. Concordamos, pois, com Perini, quando ele afirma que “o gramático vai precisar aprender a dizer o que a língua é, não o que (segundo ele) deveria ser.” (2009, p. 56). Mendes Fradique, possivelmente, concordaria com essa opinião.

Referências bibliográficas

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: Língua Portuguesa*. Brasília: MEC/SEF, 1998.

CHARAUDEAU, Patrick & MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de Análise do Discurso*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

DICIONÁRIO HOUAISS DA LÍNGUA PORTUGUESA. 1. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

HUTCHEON, Linda. *A Theory of Parody – The Teachings of Twentieth-Century Art Forms*. Londres: Routledge, 1989.

MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em análise do discurso*. Campinas: Editora UNICAMP/Pontes, 1993.

MENDES FRADIQUE. *Grammatica portugueza pelo methodo confuso*. 4. ed. Vitória: Rocco – Fundação Ceciliano Abel de Almeida/UFES, 1985.

MOLINA, Márcia A. G. *Um estudo descritivo-analítico da Gramática Expositiva (Curso Superior) de Eduardo Carlos Pereira*, 2004, 2 v. Tese (Doutorado em Linguística Geral), FFLCH/USP, São Paulo.

PEREIRA, Eduardo Carlos. *Grammatica expositiva – curso superior*. 46. ed. São Paulo/Rio de Janeiro/Recife/Porto Alegre: Nacional, 1926.

PERINI, Mário A. *Sofrendo a Gramática*. 3. ed. São Paulo, 2009.

SOARES, Magda. Português na escola: história de uma disciplina curricular. In: BAGNO, Marcos (Org.). *Linguística da norma*. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2001.